

# PANO DE FUNDO

Na UEM e UP

## Corte de financiamento às universidades públicas irá afectar qualidade de serviços

O ministro da Educação, Zeferino Martins, reconhece o facto e justifica que esta decisão surge em resultado da crise financeira internacional que se regista. Sobre a notificação das universidades para sanarem irregularidades no seu funcionamento, Martins disse que as universidades públicas não constam da lista

Benedito Luis  
benedito.uelemo@solco.co.mz

**O** corte de financiamento nos orçamentos de bens e serviços em duas universidades públicas do país, nomeadamente a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Pedagógica irá afectar a qualidade de ensino naquelas instituições, conforme reconheceu ontem, segunda-feira, numa entrevista ao "O País", o ministro da Educação, Zeferino Martins.

O facto é que devido à crise financeira internacional, o Governo viu-se na contingência de reduzir os financiamentos para alguns sectores públicos e a Educação não fugiu à regra. A título do exemplo, a Universidade Eduardo Mondlane, a maior e a mais antiga instituição do ensino superior no país, vai sofrer um corte orçamental na ordem de 38 por cento.

Zeferino Martins falava à margem dum seminário de formação de formadores sobre a abordagem multisectorial, com o tema "Escolas, Amigos da Criança", para países de língua portuguesa.

Para o titular da pasta de Educação, os cortes não são produto do acaso, mas sim "porque não há efectivamente dinheiro. O país está a sobreviver a uma crise internacional difícil... então a consequência imediata é que sectores públicos como Educação e Saúde são aqueles que vão sofrer, portanto tivemos um corte drástico nos orçamentos de bens e serviços", disse o ministro.

Falando concretamente sobre a queda de qualidade, Zeferino Martins pronunciou-se nos seguintes termos: "...se não há dinheiro, vai haver problemas na qualidade".

Mas para minorar o problema, Martins disse que a ideia é solicitar os professores e as respectivas



Zeferino Martins, ministro da Educação

universidades para que façam esforços, até pela via de cobrança de propinas e outros recursos indirectos, de modo que os efeitos destes cortes dramáticos não sejam severos.

### IRREGULARIDADES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Quanto à questão das irregularidades em algumas instituições

de ensino superior, o Ministério da Educação já notificou todas as 38 instituições de ensino superior que tenham aberto delegações sem conhecimento do ministério para reverem a sua situação. Martins trouxe mais um dado, e diz que das inspecções feitas em algumas universidades constatou-se casos de instituições com listas em

que um determinado docente é afecto para mais do que uma província ou distrito. "É praticamente impossível que o mesmo professor possa leccionar em Maputo, Lichinga ou em qualquer outra parte, há que se investigar quem são esses docentes, quais são as suas qualificações", esclareceu o ministro, acrescentando igualmente que existe uma necessidade de

avaliação das condições das infra-estruturas, onde são criadas as delegações.

Mas como forma de tranquilizar as instituições de ensino superior, o nosso interlocutor disse que a fiscalização não visa proibir a criação de mais delegações ou expansão do ensino superior no país, até porque, disse o ministro, existe toda uma necessidade de expansão deste nível de ensino desde que sejam observados todos os princípios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

"A expansão é fundamental, tanto mais que os nossos indicadores são relativamente baixos, comparativamente a toda a região da SADC. Então, nós temos que crescer, mas não podemos fazer sem qualidade", salientou o ministro.

### UEM E UP SEM IRREGULARIDADES

Entretanto, as duas universidades públicas do país, a UEM e a UP, não constam da lista das instituições com irregularidades acima descritas, uma vez que de acordo com o titular da pasta de Educação no país, não existe uma declaração nesse sentido. Aliás, Zeferino Martins diz que sendo universidades públicas são obrigadas, mais do que quaisquer outras instituições do ensino superior, a seguir com clareza as regras.

De referir que as irregularidades que vêm sendo constatadas surgem após a recente criação do Conselho Nacional do ensino superior, que cria condições para a introdução de instrumentos que permitem a colocação de algumas balizas para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique e forma quadros cada vez mais qualificados. ■